



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



TATIANA VILELA DE SOUZA

**Análise da Distribuição do Valor Adicionado em Empresas Brasileiras de Geração de
Energia Elétrica entre 2009 e 2017.**

UBERLÂNDIA-MG
2018

Tatiana Vilela de Souza

Análise da Distribuição do Valor Adicionado em Empresas Brasileiras de Geração de Energia Elétrica entre 2009 e 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Administração da Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fodra

UBERLÂNDIA-MG
2018

Análise da Distribuição do Valor Adicionado em Empresas Brasileiras de Geração de Energia Elétrica entre 2009 e 2017.

Tatiana Vilela de Souza¹

Resumo

Em virtude da relevância do setor elétrico no desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira e da importância da discussão de questões sociais na gestão empresarial, o presente estudo busca evidenciar a distribuição da riqueza gerada pelas empresas desse setor, avaliando uma importante vertente do Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), visando compreender como a riqueza produzida pelas empresas do setor de energia elétrica no Brasil, vem sendo distribuída ao longo dos últimos anos. No aspecto metodológico, este estudo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa e delineado pela tipologia descritiva, desenvolvida por coleta dos dados de fonte documental. Quanto à amostragem, a seleção foi realizada por critérios não probabilísticos, restrita ao segmento de energia elétrica com foco específico e intencional em empresas de geração de energia elétrica que entre os anos de 2009 e 2017 divulgaram suas Demonstrações de Valor Adicionado através do site da B3. Por meio da análise foi possível concluir que, apesar de fazerem parte do mesmo ramo, as empresas apresentam distribuições distintas entre si, com peculiaridades específicas, apesar disso foram observados padrões nas distribuições no que se refere à participação dos indicadores de Pessoal e Impostos, Taxas e Contribuições.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Agregado – DVA; Balanço Social; Matriz Elétrica brasileira.

Abstract

Given the relevance of the electric sector in the development of the Brazilian economy and society and the importance of discussing social issues in business management, this study seeks to highlight the distribution of wealth generated by companies in this sector, evaluating an important aspect of the Social Balance, the Value Added Demonstration (DVA), aiming to understand how the wealth produced by the companies of the electric energy sector in Brazil, has been distributed over the last years. In the methodological aspect, this study was developed based on a qualitative approach and delineated by the descriptive typology, developed by data collection from documentary source. Regarding the sampling, the selection was made by non-probabilistic criteria, restricted to the segment of electric energy with a specific and intentional focus in electricity generation companies that between 2009 and 2017 disclosed their Value Added Statements through the B3 website. Through the analysis it was possible to conclude that, although they are part of the same branch, the companies present different distributions among themselves, with specific peculiarities, nevertheless patterns were observed in the distributions with regard to the participation of the Personnel and Tax indicators, Fees and Contributions.

Keywords: Demonstration of Value Added - DVA; Social Balance Sheet; Brazilian Electrical Matrix.

¹

tatianavs@ufu.br - Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia

1 Introdução

A aplicação da contabilidade na gestão empresarial passou por intensas evoluções nos últimos anos. Parte dessa evolução se deve a um novo enfoque gerencial voltado para o alcance de objetivos multidimensionais envolvendo avaliações complexas e aprofundadas. Esse fluxo de mudança observado passou a exigir mais das ferramentas de apoio à gestão, sendo a contabilidade largamente utilizada para fornecer informações técnicas e exatas aos gestores e demais *stakeholders*.

No princípio, a contabilidade se destinava ao dono do patrimônio para medir e controlar sua riqueza, tendo se originado em uma necessidade gerencial. Então, a informação contábil teria como objetivo atender às necessidades do proprietário do patrimônio, mas novos usuários foram surgindo com o passar do tempo e, já no século passado, o início das tributações sobre o lucro tornaram o fisco um grande interessado nas informações contábeis. Atualmente, inúmeros outros *stakeholders* demandam informações contábeis como acionistas, governo, empregados, sindicatos, clientes, etc. (Martins, Miranda & Diniz, 2014).

Conforme defendem Ashley *et al.* (2005), os objetivos empresariais transcenderiam os aspectos de emprego de fatores de produção mensuráveis, passando para uma forma de organização que conciliasse os interesses do indivíduo, da sociedade e da natureza, indo do paradigma antropocêntrico, no qual a empresa é o centro de tudo, para o denominado ecocêntrico, no qual o meio ambiente é o mais importante, e a empresa, assim como outros agentes, insere-se nele.

Ainda, segundo afirma Iudícibus (2009), em geral o avanço da contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade. Atualmente, com o fim de atender às demandas modernas, o escopo da contabilidade foi ampliado passando a ser utilizada para medir variáveis mais qualitativas, como por exemplo, as informações sociais.

Assaf Neto (2010) afirma que as empresas estão cada vez mais adotando melhores práticas sociais em busca principalmente de atender a seus valores éticos, e quando estão inseridas em uma sociedade com a presença de desigualdades, a avaliação das medidas provenientes do setor privado e direcionadas ao bem-estar social pelo mercado são ainda mais positivas, e acaba refletindo no valor das empresas. Então, o administrador passa a ter o papel de direcionar as decisões corporativas não somente aos acionistas, mas a todos aqueles que

apresentam alguma relação com a empresa, ou prestam alguma forma de contribuição.

Em vista disso, o objetivo geral deste estudo é analisar de que forma a riqueza produzida pelas organizações do setor elétrico vem sendo distribuída ao longo dos últimos anos. Os objetivos específicos desta pesquisa estão voltados inicialmente para a compilação de dados históricos de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFPs e estabelecer uma comparação entre as 07 empresas brasileiras de geração de energia elétrica selecionadas na amostra, identificando semelhanças e diferenças em suas distribuições ao longo do horizonte temporal analisado, destacando-se quais indicadores absorveram os maiores e menores percentuais do valor gerado no período.

Para atingir os objetivos definidos, a pesquisa foi iniciada por análise bibliográfica visando à ampliação e compreensão de conceitos, e em seguida passou-se ao levantamento dados e análise da DVA de extraídas dos relatórios contábeis das organizações que integram a amostra. A amostra coletada para análise abrange as demonstrações divulgadas entre 2009 e 2017, com foco na análise da participação de cada um dos elementos presentes na DVA, que contribuíram para a geração da riqueza durante o período supracitado.

O presente estudo se justifica pelo atual destaque das questões sociais nas discussões gerenciais, acadêmicas e políticas, sendo importante se aprofundar a compreensão do impacto desta temática na gestão contábil e empresarial moderna. Ademais, pela relevância do setor elétrico brasileiro que é referência mundial na geração de energia limpa e renovável sendo significativo entender o comportamento das empresas que atuam nesse ramo. O estudo ainda pode servir de subsídio para a construção colaborativa de futuras pesquisas que busquem compreender a agregação de valor das empresas para a sociedade em que estão inseridas.

2 Referencial Teórico

2.1 O Balanço Social e seu papel para a gestão na atualidade

Desde os primórdios da gestão financeira, sempre se destacou a importância de estudos voltados para análises contábeis das empresas. Segundo Matarazzo (2008), a análise da contabilidade possibilita estimar o futuro da empresa, suas limitações e potencialidades e sendo de grande importância para todos que se relacionam com ela, sejam eles financiadores, acionistas e até empregados, pois permite uma visão estratégica da empresa,

Mas, conforme Assaf Neto (2010) já observava em seu trabalho que, a apuração de um

resultado positivo não garantiria necessariamente o sucesso de um empreendimento pois o lucro conforme é calculado convencionalmente pela Contabilidade passou a representar uma medida limitada da capacidade de competitividade de uma empresa, que ficava geralmente referenciada a um horizonte de curto prazo.

Santos (2018) ainda afirma que, a contabilidade por estar incluída nas ciências sociais, tem como uma de suas premissas fundamentais a aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade. Em sua obra, o autor reforça a contribuição da Contabilidade para estreitar o relacionamento entre as empresas e a sociedade que as acolhe – que, em última análise, é a detentora dos recursos naturais e humanos utilizados, muitas vezes sem ônus, por essas mesmas empresas.

Foi a partir do crescimento dessa nova visão que uma forma inédita de aplicação da Contabilidade surgiu. Santos, Freire e Malo (1998) definem o Balanço Social como o conjunto de informações com origem ou não na contabilidade financeira tendo como objetivo principal demonstrar o grau de alinhamento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, de forma a demonstrar o envolvimento surgido da relação natural entre empresa e sociedade. Borinelli e Pimentel (2010) definem como contabilidade social a parte da contabilidade responsável por mensurar e evidenciar os aspectos referentes às relações entre as entidades e a sociedade objetivando fornecer informações que permitam aos usuários uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade onde ela está inserida.

Então, começa a ser necessária uma nova compreensão da gestão financeira das organizações, reforçada pela visão de que as empresas são responsáveis não apenas pelo seu próprio sucesso, mas também pelo desenvolvimento da sociedade como um todo. Neste sentido Ashley *et al.* (2005) argumentam que, as organizações terão de aprender a equilibrar a necessidade de obter lucros, obedecer às leis, ter um comportamento ético e envolver-se em alguma forma de filantropia para com as comunidades em que se inserem.

Em um aspecto histórico, Santos (2018) afirma que foram os movimentos sociais iniciados na França, Alemanha e Inglaterra durante a década de 60, que tornaram mais ostensivas as exigências voltadas para a responsabilidade coletiva das empresas e que principalmente pela pressão social provocada pelos movimentos do final do período citado, a França instituiu em 1977, por meio da Lei nº 77.769, o que se convencionou chamar de Balanço Social, obrigatório para empresas com mais de 299 empregados.

No Brasil, a partir da criação do Selo Balanço Social IBASE - Instituto Brasileiro de

Análises Sociais e Econômicas, Santos *et al.* (1998) afirma que, o sociólogo Herbert de Souza fomentou o movimento para a elaboração de normas legais para regulamentar a atividade das empresas para o bem-estar social do indivíduo e da comunidade, que tinha como proposta incentivar as empresas a produzir além das demonstrações financeiras tradicionais, um balanço social com o intuito de apresentar informações aos seus investidores, governo, empregados e à sociedade que as abriga.

Essa nova forma de mensuração foi aos poucos tomando representatividade. Nesse aspecto, Santos *et al.* (1998), entendiam o Balanço Social como um importante instrumento para a reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo e para as definições de políticas de recursos humanos, decisões de incentivos fiscais e novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

Ainda, conforme se extrai da obra de Tinoco (2006), a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego a todos os envolvidos na geração de valor e distribuí-lo de forma mais equitativa propiciando perspectivas de ingresso neste mercado àqueles que estão afastados de seus postos de trabalho. A partir disso, a existência do Balanço Social deve abranger diversos indicadores, e hoje tem seu o escopo ampliado com a inserção de questões ambientais e sociais, incluindo, por exemplo, o Balanço de Pessoas, a DVA, o Balanço Ecológico e Responsabilidade Social da empresa.

Na aplicação de estudos contábeis voltados para a análise do Balanço Social, um dos indicadores largamente utilizados é a DVA, que será definida a seguir, e serviu de base para o desenvolvimento do presente estudo.

2.2 A Demonstração do Valor Adicionado: função e relevância

Para definição objetiva do termo utilizado, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC] (2008), através do Pronunciamento técnico CPC 09, define que o valor adicionado representa a riqueza que foi criada pela empresa, geralmente medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos. O pronunciamento ainda esclarece que, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social para investidores e outros usuários, e possibilita uma melhor avaliação das atividades da organização dentro da sociedade na qual está inserida e que, as decisões de investimento, por exemplo, podem ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e oferecendo informações que a demonstração de resultados por si só pode não ser capaz de oferecer.

Para se compreender de forma mais ampla o conceito e as aplicações da DVA, é importante conceituar suas diferenças com relação à outra importante demonstração de referência para a organização, a Demonstração de Resultados. Santos (2018) explica que, na demonstração de resultados seu enfoque está mais voltado para a linha do lucro líquido e, dessa forma, sua utilidade seria maior para os proprietários ou acionistas das empresas. Além disso, os demais componentes da demonstração de resultados são apresentados de acordo com sua natureza e não com seus beneficiários.

Já para a DVA, a distribuição da riqueza gerada pela empresa obedecerá ao critério do beneficiário da renda. Assim, conforme Santos (2018), define a distribuição será apresentada entre os detentores de capitais, acionistas e financiadores externos, os trabalhadores, destacando-se os salários e encargos e, finalmente, a parte destinada ao governo na forma de impostos, que podem ser municipais, estaduais ou federais. Para Martins (1997 como citado em Santos, 2018), a Demonstração de Resultado é considerada possuidora de uma visão particular ou até egoísta de apenas um dos interessados na empresa, os seus proprietários, e já a DVA como uma demonstração com visão muito mais geral que dá a mesma importância a todos os fatores de produção: o trabalho, os demais capitais na forma de crédito e também o governo.

É importante ressaltar que, segundo explica Tinoco (2010) a elaboração da DVA objetiva principalmente fornecer informações a diversos grupos participantes, os *stakeholders*, ela não visa substituir a demonstração de resultado do exercício, cujo objetivo principal é informar como se forma o resultado líquido de um determinado período. Azevedo (2009) define que, a DVA é a demonstração contábil destinada a evidenciar, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição de forma concisa, tendo seu conteúdo extraído da contabilidade com valores baseados no princípio contábil da competência.

Ainda, segundo Martins et al. (2014), com o objetivo ampliar o acesso aos valores agregados pela entidade no desenvolvimento de suas atividades, a partir de 2008 a DVA passou a fazer parte das demonstrações obrigatórias da Lei 11.638/2007, como parte essencial do Balanço Social. Então, percebe-se a importância da DVA como instrumento de avaliação do desempenho organizacional, tendo em vista que tal demonstração representa a principal forma de divulgação da riqueza criada e de verificação do retorno dado pela empresa à sociedade que lhe ampara, sendo extensas suas aplicações, de forma que, segundo Azevedo

(2009) cita, “a DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu Produto Interno Bruto - PIB”(p.133).

Azevedo (2009) ainda amplia a utilização da DVA como um meio orientativo àqueles que objetivam conhecer informações de natureza social e de produtividade, pois essa é uma demonstração que proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social para investidores e outros usuários e oferece a possibilidade de uma melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade que a abriga.

2.3 A matriz elétrica brasileira

Inicialmente, para melhor compreensão do tema, cita-se a definição dada pela Empresa de Pesquisa Energética [EPE] (2017), na qual se define a matriz energética como o conjunto de quaisquer fontes de energia disponíveis para as mais variadas atividades como movimentar os carros, acender fogão ou gerar eletricidade, já a matriz elétrica encontra-se incluída na matriz energética e é formada apenas pelo conjunto de fontes disponíveis especificamente para a geração de energia elétrica, sendo assim, conclui-se que o foco deste trabalho está voltado para o estudo da matriz elétrica brasileira.

Segundo Pinto (2007), o setor energético está compreendido por todo o conjunto de atividades desenvolvidas na produção, transformação, estocagem, transporte, distribuição e comercialização de energia, estando inserido em conjunto mais amplo, que inclui os sistemas de infraestrutura física e de prestação de serviços essenciais que têm um papel crucial na promoção de condições sistêmicas.

Em seu aspecto social, é imprescindível compreender a importância da energia elétrica nos dias atuais, representando uma condição básica para sobrevivência da população e um insumo essencial para as indústrias e empresas, se relacionando ainda com aspectos econômicos, conforme observado por Tolmasquim (2004) pela vinculação existente entre consumo de energia e nível de renda, verificando-se que existe uma relação direta entre a falta de eletricidade e o nível de renda da população, por exemplo. Também é relevante destacar a maneira como a economia está ligada à produção e consumo de energia como forma de geração de capital no país.

Tolmasquim (2004) ainda afirma que, como bem essencial, a energia elétrica é vista

como uma obrigação do Estado e deve ser provida a todos os cidadãos. Como é possível perceber, as análises que envolvam energia elétrica devem focar não apenas na grande importância econômica que esse ramo possui, mas também sua grande relevância social, já que é parte integrante do serviço público essencial, juntamente com água e saneamento básico para a população.

Já no que diz respeito à questão ambiental, de acordo com dados do Balanço Energético Nacional, publicado pela EPE (2017), a participação de energias renováveis na Matriz Energética Brasileira no ano de 2016, manteve-se entre as mais elevadas do mundo, com 43,5% da participação na matriz do país. Com relação à matriz elétrica, os números surpreendem, tendo atingido cerca de 82% do total da energia gerada em 2016, conforme se observa na Figura 1.

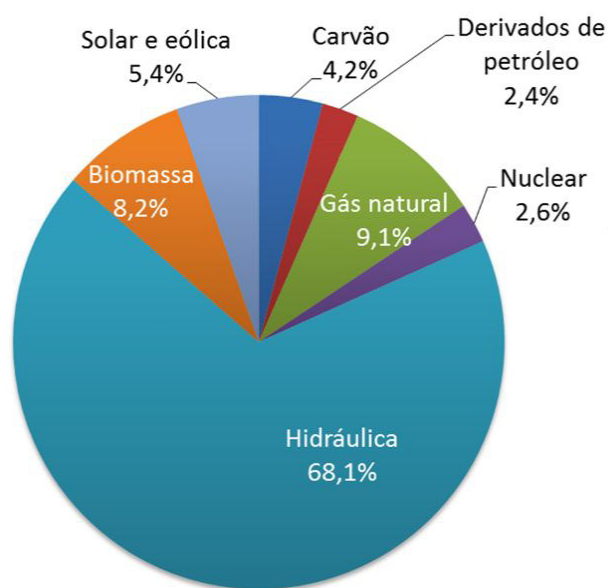


Figura 1. Matriz Elétrica brasileira do ano de 2016. Adaptado de Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2017). *Balanço Energético Nacional 2017: Ano base 2016*. Rio de Janeiro.

2.3.1 Breve histórico do setor

A história da energia elétrica no Brasil passou por várias fases até chegar às configurações que se vê atualmente. Segundo o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (2001), a implantação da Usina Hidrelétrica Marmelos no rio Paraibuna, em Juiz de Fora, ocorrida em 1889 foi considerada o “marco zero” do setor de energia elétrica brasileira e da América Latina, por ter sido a primeira unidade de geração hidrelétrica construída especificamente para o atendimento de serviços públicos urbanos.

Conforme relatado na obra de Tolmasquim (2011), do início do século XX até meados

da década de 1940, a indústria elétrica no Brasil era explorada, majoritariamente, por empresas privadas estrangeiras, mas, durante o período de guerra fria, o Governo de Getúlio Vargas, devido à produção deficitária de energia elétrica que vinha na contramão do desenvolvimento industrial do país, iniciou um fluxo de redução do poder das concessionárias estrangeiras que culminou na criação de empresas públicas, dando início à fase de domínio estatal do setor elétrico, que perdurou de meados dos anos 30 até os anos 90.

Na década de 1990 o modelo estatal que foi responsável pela expansão e consolidação da indústria elétrica brasileira, entrou em fluxo de privatizações a fim de lhes reduzir o poder de mercado e viabilizar o regime competitivo no setor elétrico (Tolmasquim, 2011). Devido ao número de desestatizações de diversas empresas se fez necessária a criação de entes reguladores para controlar questões como monopólio, por exemplo, e para isso, em 1996 foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela Lei nº 9.427/1996.

Conforme divulgado em relatório da Eletrobrás (2009), a empresa controla como *holding* grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, possuindo um forte papel no setor, representando aproximadamente 37% do total da capacidade de produção de energia elétrica do país. Grande parte dessa representatividade se deve à participação da empresa como acionária da Hidrelétrica de Itaipu, usina nascida do consórcio entre Brasil e Paraguai, com a segunda maior capacidade instalada do mundo, inferior apenas à Usina de Três Gargantas na China.

De acordo com informações divulgadas pela Itaipu Binacional (2017), até o final do ano de 2016 a usina já havia produzido mais de 2,5 bilhões de MWh, tendo atingido o recorde de produção anual no ano de 2016 com 103.098.366 Megawatts-hora (103,09 milhões de MWh), mesmo sendo a segunda em capacidade instalada, o grande potencial hídrico dos rios que a alimentam faz de Itaipu a maior usina em produção de energia limpa e renovável do mundo.

Porém, mesmo já possuindo um dos maiores potenciais energéticos do mundo, o país enfrentou uma grande crise energética no início do segundo milênio. Devido a essa crise de racionamento ocorrida em 2001, iniciou-se a implantação do chamado Novo Modelo que, segundo Tolmasquim (2011), abrangeu três dos importantes alvos do serviço público de eletricidade, a segurança no abastecimento, a modicidade tarifária e a universalização dos serviços de energia elétrica, que deu início às configurações que são vistas hoje no setor.

Como é possível observar, durante muitos anos a matriz elétrica brasileira veio se

desenvolvendo, e hoje já conta com uma estrutura bem estabelecida e articulada com o fim de regular, organizar e controlar a geração e fornecimento de energia elétrica no Brasil. Dentre as numerosas empresas atuantes no ramo de energia elétrica, foram selecionadas para este estudo as empresas geradoras de energia elétrica por sua relevância e seu papel na segurança energética do país e na responsabilidade com o meio ambiente e, a análise aplicada segue a metodologia delimitada a seguir.

3 Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa delineada pela tipologia descritiva, que segundo Gil (2012, p.153) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Conforme Raupp e Beuren (2008) explanam, é muito comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa na contabilidade, que apesar de lidar intensamente com números, é uma ciência social e não uma ciência exata, representando uma tipologia de pesquisa primordial no aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da contabilidade, no âmbito teórico ou prático.

A pesquisa foi desenvolvida com base em levantamento documental constituído segundo Marconi e Lakatos (2006), pelo que “se denomina de fontes primárias” e, segundo Gil (2012), por materiais que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa ou que não receberam um tratamento analítico ainda, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc.

O estudo está voltado para a compilação de dados históricos coletados através das demonstrações a fim de ampliar a compreensão dos indicadores presentes na DVA, com o objetivo de destacar de que forma a riqueza produzida por estas organizações vem sendo distribuída ao longo dos últimos anos. Busca-se estabelecer uma análise comparativa das relações entre os indicadores observados, identificando semelhanças e diferenças nas Distribuições de Valor Adicionado ao longo do horizonte temporal analisado, destacando quais indicadores possuem maior ou menor destaque dentro das organizações analisadas.

Considerando o interesse em se demonstrar a evolução da distribuição de valor que foi adicionado à sociedade onde a empresa está inserida, a coleta dos dados pelo meio documental se mostra válida para o objeto da pesquisa, já que, segundo Gil (2012), as fontes documentais tornam-se importantes para captar os processos de mudanças nas estruturas e

formas de relacionamento, bem como na própria cultura da sociedade, detectando mudanças ocorridas na população, na estrutura social e valores sociais,

Para a definição das empresas que fariam parte da amostra, foram acessados os contratos de geração firmados pela ANEEL, para constatação de quais empresas possuem autorização para atuar no ramo de geração de energia. Entre as empresas em funcionamento, foram selecionadas apenas as empresas de capital aberto que divulgaram suas demonstrações contábeis no período compreendido entre 2009 e 2017, e que estão entre as empresas listadas na Bolsa de valores. Foram eliminadas da amostra as empresas que deixaram de divulgar suas demonstrações no período selecionado, além de empresas que são filiais ou subsidiárias de outras que já estavam incluídas no estudo para evitar a sobreposição de dados. Tendo sido selecionadas 15 empresas para compor a amostra, sendo eliminadas oito delas que apresentam valores negativos discrepantes na distribuição visando estabelecer uma comparação mais aproximada entre as demonstrações em análise.

Por fim, a amostra foi composta por um total de 07 empresas brasileiras, que entre durante o horizonte temporal abrangido pelo estudo, divulgaram suas DVAs em todos os anos abrangidos pela amostra através do site da B3. Tal seleção foi realizada por critérios não probabilísticos, sendo retirada de um universo predefinido, restrita ao segmento de energia elétrica com foco específico e intencional em empresas que atuam na geração de energia elétrica. A coleta de dados se deu pelo levantamento de informações contábeis extraídas de Demonstrações Financeiras Padronizadas publicadas pelas organizações e acessadas através da seção de relatórios estruturados de empresas listadas no sítio oficial B3, que é o órgão brasileiro responsável desde 1890 pela negociação de ações de todas as empresas de capital aberto do país.

Concluída a fase de coleta de dados, os mesmos foram tabulados em planilhas, para a geração de um gráfico para cada empresa, que resume a distribuição apresentada nas demonstrações de cada uma ao longo do horizonte temporal estudado, o que possibilitou uma melhor visualização destas variáveis e a evolução das distribuições ao longo do tempo. Com base no que foi descrito anteriormente, foi realizada a análise das DVAs divulgadas pelas empresas no período abrangido, com foco na avaliação comparativa entre os indicadores e nos padrões e desvios observados na análise.

4 Apresentação dos Resultados e Discussão

Para analisar a DVA das empresas estudadas, os dados coletados são apresentados a seguir tabulados em gráficos, conforme metodologia estabelecida, seguidos de suas respectivas análise e interpretações. Os valores das DVAs se encontram distribuídos conforme padronização das DFPs entre os indicadores de (i) Pessoal, que inclui remuneração, benefícios, fundo de garantia e demais gastos com pessoas; (ii) Impostos, taxas e contribuições, sendo federais, estaduais e municipais; (iii) Remuneração de Capitais de Terceiros, como juros pagos, aluguéis entre outros; (iv) Remuneração de Capitais próprios, onde somam-se juros sobre o capital próprio, dividendos e lucros retidos e (v) Outros onde estão presentes as obrigações intersetoriais, a reserva legal, os lucros acumulados e ajustes para adoção de padrões internacionais de contabilidade, sendo este último indicador presente em apenas em algumas das empresas na amostra.

4.1 AES Tietê Energia S.A

A Figura 2 apresenta o gráfico que resume a DVA da empresa AES Tietê Energia S.A entre os anos de 2009 e 2017, sendo possível observar a participação de cada um dos indicadores, exceto o indicador chamado outros que não possui participação nesta organização. Entre as menores distribuições observadas está a de Pessoal, na qual foi observada pouca variação no decorrer dos anos, apresentando valores mínimos entre 4,7% e 5,5% nos anos de 2015 e 2011 respectivamente e seu valor máximo foi atingido em 2013 chegando a 14,8%. Impostos, Taxas e Contribuições representam o item de distribuição com a maior participação durante toda a série temporal, abrangendo mais de 60% da participação dos recursos da empresa entre os anos de 2009 e 2013, tendo sofrido reduções a partir de 2014 que se manteve no ano de 2015, os valores voltaram a subir nos próximos anos, se mantendo como a maior participação na distribuição analisada.

Chamou atenção a reduzida participação da Remuneração de Capitais de Terceiros na distribuição desta empresa entre os anos de 2009 e 2013, que começou a apresentar maiores valores somente nos anos de 2014 e 2015, atingindo valores significativos aproximando-se de 30% na última demonstração, apresentada em 2017. Por fim, a remuneração de capitais próprios sofreu grandes variações durante o período acessado. Nos primeiros anos dos dados, manteve-se na faixa entre 20% e 30%, sofrendo uma queda considerável no ano de 2012,

quando chegou a 10,1%, voltando a subir no ano de 2013 e 2014, chegando a atingir 52,5%, voltando aos patamares iniciais com participação um pouco abaixo de 30% no ano de 2017.

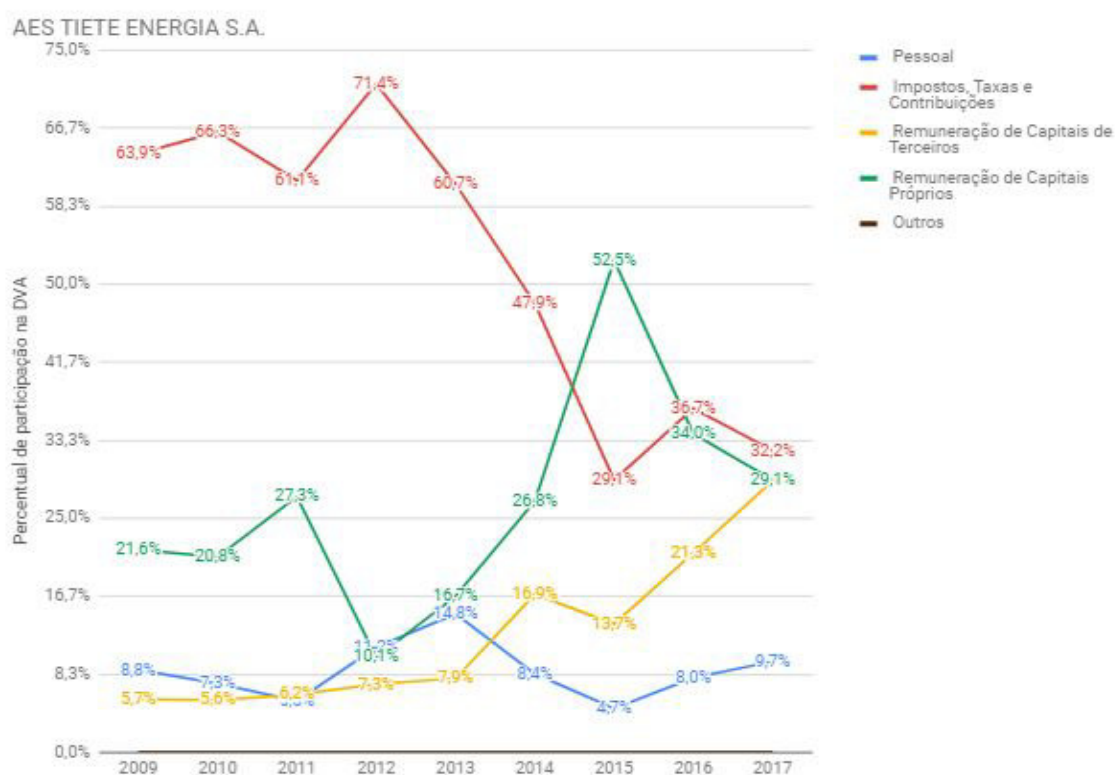


Figura 2. Distribuição do Valor Adicionado da empresa AES Tietê Energia S.A

Conforme observa-se na análise, esta empresa possui uma maior participação de Impostos, Taxas e Contribuições durante o período, uma alta participação de Capitais de Próprios com relação à de Capitais de terceiros que chegou a ser ultrapassada por Pessoal durante alguns períodos da amostra.

4.2 Cemig Geração e Transmissão S/A

A distribuição de valor adicionado apresentada pela Empresa Cemig Geração e Transmissão S/A está representada na Figura 3. É possível observar que nesta empresa, a distribuição para Pessoal foi a de menor participação, na qual os valores máximos foram nos anos de 2009 com 10,2% e 2016 com 13,7% da participação. Nos demais anos os valores percentuais não ultrapassam 10%, mantendo-se na faixa de 6,0 a 9,5 pontos percentuais.

A participação de Impostos, Taxas e Contribuições está entre as maiores observadas nesta empresa. No período compreendido entre 2009 e 2014, este indicador absorveu mais de 40% da contribuição, ficando entre 40,0% em 2013 e 44,2% em 2014. Porém, o maior valor

apresentado neste indicador foi de 45,9% no ano de 2017. Nos anos de 2015 e 2016 os valores foram menores, mas, ainda assim, se aproximando da faixa de 40%.

Já a Remuneração de Capitais de Terceiros, sofreu grandes variações durante os anos, com valores mínimos de 11,7% em 2013, 12,2% em 2012 e 12,5% em 2014, e máximos de 44,7% em 2016 e 33,7% em 2017. Nos anos de 2010, 2011 e 2015 se manteve entre 17,1% e 22,7%. Já a Remuneração de Capitais Próprios, que vinha apresentando valores elevados entre 27,9% e 40,0% durante o período de 2009 à 2015, apresentou uma sensível queda em 2016 passando a apresentar participação de 2,3% no referido ano e 12,2% no ano de 2017.



Figura 3. Distribuição do Valor Adicionado da empresa Cemig Geração e Transmissão S/A

Conforme se observa, novamente a participação de Impostos, Taxas e Contribuições se mantém entre as maiores observadas, mas chega a ser alcançada pela Remuneração de Capitais próprios e ultrapassada pela Remuneração de capitais de terceiros no ano de 2016. Apesar disso sua maior participação se manteve direcionada para Impostos e a menor foi Pessoal.

4.3 Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Conforme apresentado na Figura 4, a distribuição de valor da Companhia Paranaense de Energia, chama atenção pela elevada participação de Impostos, Taxas e Contribuições durante todo o período analisado, que se manteve entre 74,06% e 58,45% com variações leves no decorrer dos anos, sendo a maior variação observada do ano de 2014 que contava com

58,4% da participação para o ano de 2015 que passou a contar com uma parcela de 74,1%.

Diante disso, nenhum outro item apresentou distribuição superior à 20%. O Indicador Pessoal teve sua maior participação na distribuição no ano de 2013, quando apresentou um valor de 18,4% do total do exercício. O segundo maior valor observado foi em 2012 com uma participação de 17,8 pontos percentuais. O menor valor observado foi no ano de 2015 onde contou com apenas 9,3% da distribuição.

A Remuneração de Capitais de Terceiros apresentou uma participação de 12,3% no ano de 2016, sendo a maior da série, na qual os demais valores se mantiveram entre 10,8% e 5,1%. Para Remunerar seus Capitais Próprios a empresa também não contou com uma grande participação da DVA com o valor máximo observado no ano de 2014 não ultrapassando 17,0% , e apresentou valor mínimo no ano de 2016 com apenas com 6,9% do total.

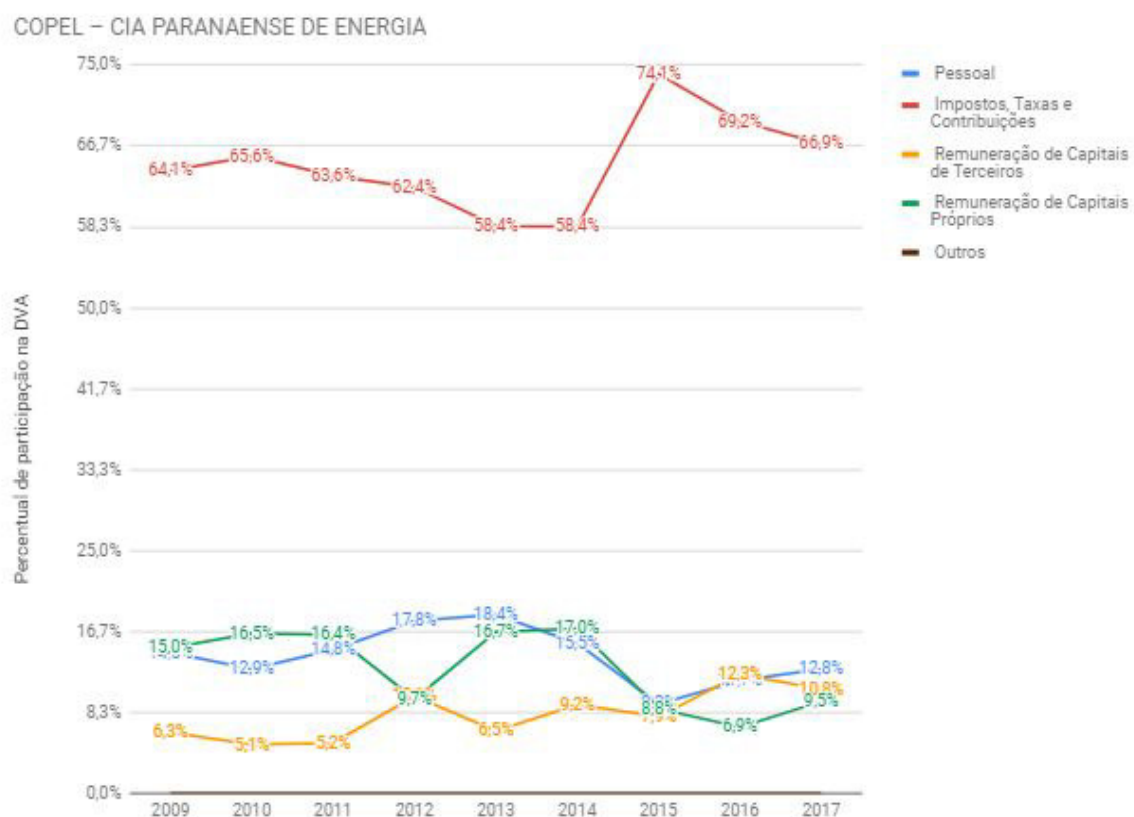


Figura 4. Distribuição do Valor Adicionado da empresa Companhia Paranaense de Energia

No gráfico da empresa COPEL, a participação de Impostos, Taxas e Contribuições se destaca das demais conforme já observado, porém, a participação de Pessoal se manteve acima da Remuneração de Capitais de Terceiros, e também acima da Remuneração de Capitais Próprios em alguns períodos.

4.4 EDP Energias do Brasil S.A.

Analisando-se a distribuição da empresa EDP Energias do Brasil S.A. conforme apresentado na Figura 5, observa-se uma grande discrepância entre a participação de Impostos, Taxas e Contribuições e as demais contas na DVA da organização. Este indicador apresentou valores entre 60,1% e 70,1%, ficando o indicador Pessoal, por exemplo, com uma ínfima parte dos valores. Este último apresentou uma distribuição que se manteve na faixa de 4,1% e 8,5%. Já em Remuneração de Capitais de Terceiros e de Capitais Próprios verifica-se uma maior representatividade que Pessoal mas, ainda assim, muito inferior à participação de Impostos. Para Remuneração de Capitais de Terceiros, a participação variou entre 8,6% e 17,7% e Remuneração de Capitais Próprios apresentou valores que variaram entre 10,7% e 20,0%. Nesta empresa, diferentemente das analisadas anteriormente, houve uma pequena parcela da DVA direcionada para o indicador Outros, tendo sua maior participação percebida no ano de 2011 com 0,5% do total, os menores valores foram os dos anos de 2014 e 2015 que representou 0,1% do total e ainda uma participação de 0,4% no ano de 2009, 2010, 2012 e 2013, e 0,2% nos anos de 2016 e 2017.

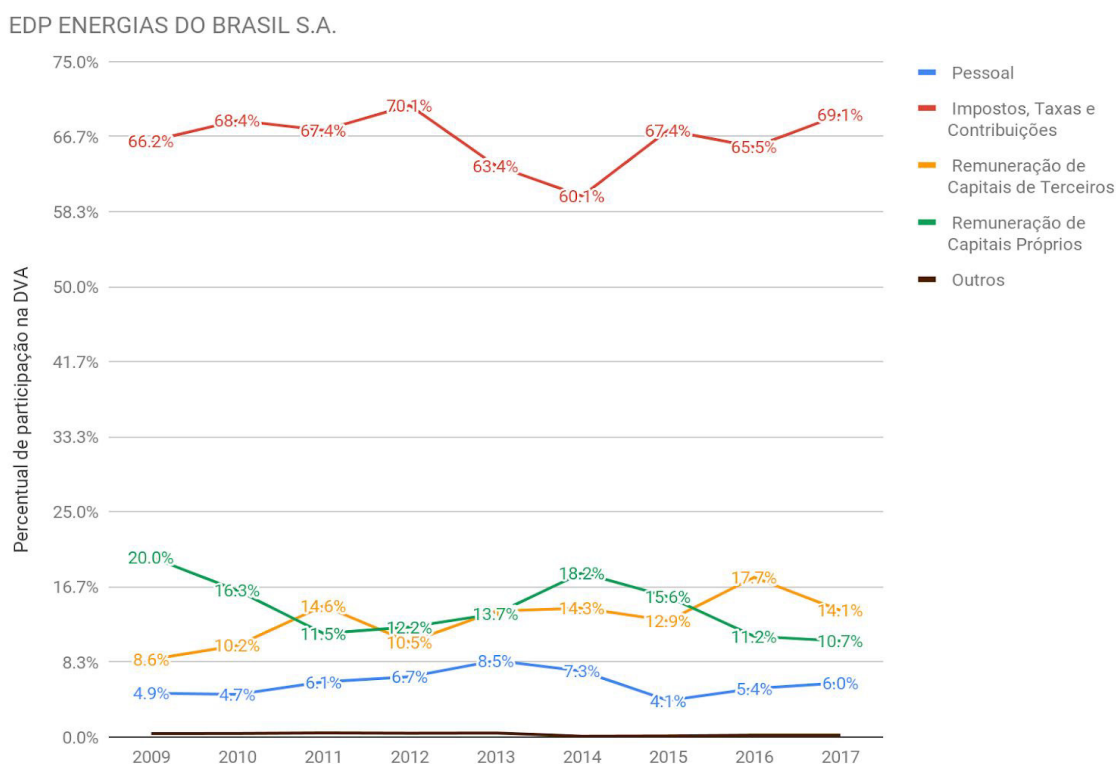


Figura 5. Distribuição do Valor Adicionado da empresa EDP Energias do Brasil S.A.

Na empresa EDP, os padrões observados se mantêm com presença acentuada de Impostos, Taxas e Contribuições e pequena participação do indicador de Pessoal na distribuição, esta empresa não apresenta a conta outros e sua remuneração oscila entre capitais próprios e de terceiros.

4.5 Energisa S.A.

A distribuição da empresa Energisa S.A. que está demonstrada na Figura 6, direcionou a grande parte de seu valor para Impostos, Taxas e Contribuições, que chegaram a absorver 70,8% de toda riqueza gerada pela empresa, tendo como valor mínimo o apresentado nas demonstrações do ano de 2009 que somou 44,9% de participação naquele ano.

A Remuneração de Capitais Próprios se manteve entre as menores participações distribuídas, com valor máximo de 13,2% em 2009 e mínimo de 2,0% em 2016. Já a conta Outros representou um percentual de 14,8 em 2015, sua maior participação registrada, e 0,3% em 2017 que foi a menor participação deste indicador entre todos os anos avaliados.

O indicador de Remuneração de Capitais de Terceiros por sua vez, manteve certa estabilidade durante o período, com limite inferior de 14,1% na participação e limite superior chegando à 24% do total distribuído. Esse padrão de pouca variação, também é observado no indicador de Pessoal, onde os valores se mantiveram na faixa de 8,4% à 15,0%, com uma participação menos representativa com mais continuidade.

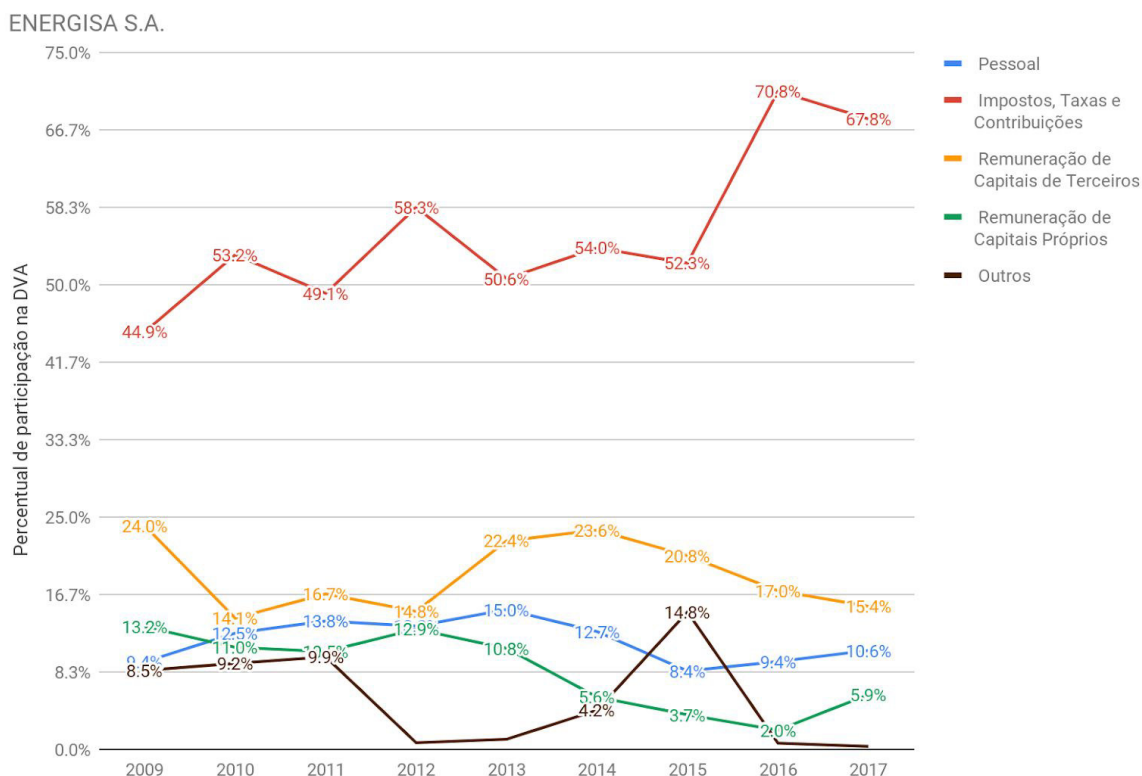


Figura 6. Distribuição do Valor Adicionado da empresa Energisa S.A.

A distribuição desta empresa se destaca por dois principais motivos, a presença da conta Outros em detrimento das demais empresas e uma maior participação de Pessoal que ultrapassou a remuneração de Capitais Próprios durante quase todo o período. A Remuneração de Capitais de Terceiros e de Impostos seguem no topo da distribuição.

4.6 Engie Brasil Energia S.A.

Na Figura 7, se encontra a representação gráfica da distribuição ocorrida na empresa Engie Brasil Energia S.A., onde é possível perceber que a Remuneração de Capitais Próprios absorveu a maior parte dos recursos distribuídos pela empresa, seu valores foram superiores aos apresentados pelas demais contas em todos os anos com valores que chegaram à 44,9% em 2016, exceto em 2014 e 2015 que foi ultrapassado por Impostos Taxas e contribuições. Essa última representa a segunda maior em participação nesta empresa, com percentuais mais estáveis, que ficaram entre 29,3% e 33,6% apresentando uma variação mais leve.

Já a conta Outros, apresentou variações mais perceptíveis, apresentando valor mínimo de 7,5% em 2009, chegando a alcançar 30,6% em 2015. Por fim o indicador de Pessoal possui a menor participação nesta a distribuição, com pouca variação assim como Impostos Taxas e contribuições, mas com valores bem baixos, na faixa compreendida entre 5,3% e 7,2%.

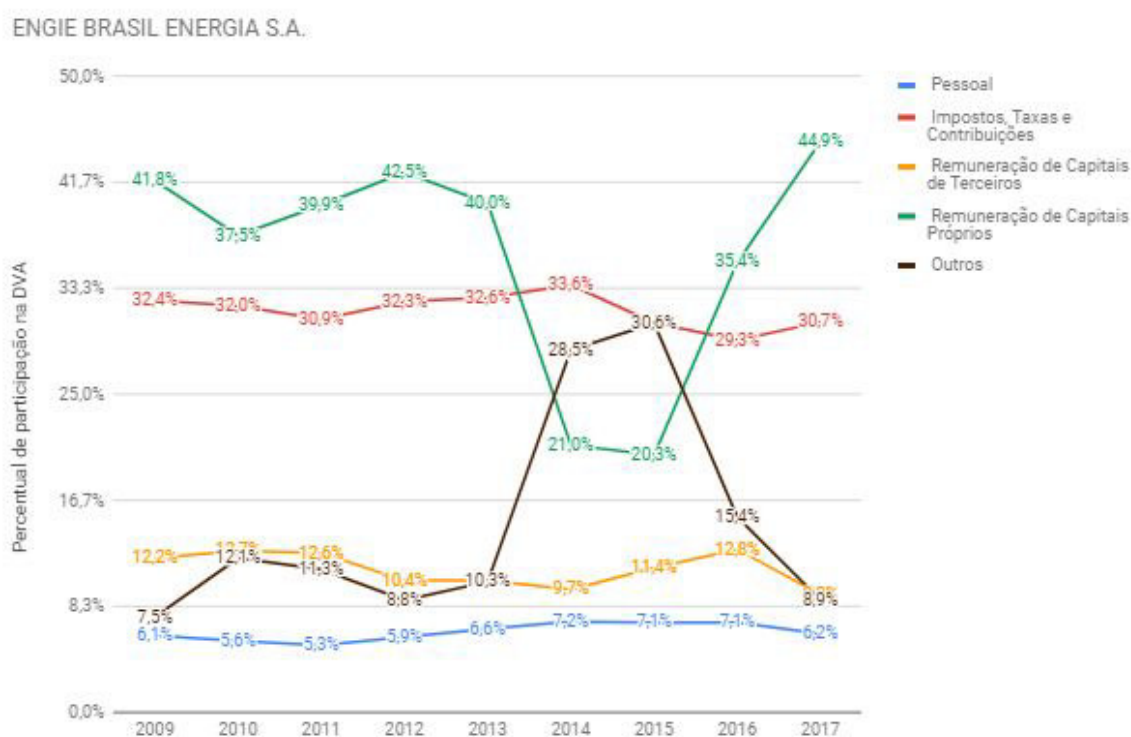


Figura 7. Distribuição do Valor Adicionado da empresa Engie Brasil Energia S.A.

Na empresa Engie Brasil Energia S.A., foi possível observar uma distribuição atípica com relação às demais empresas, pois o indicador Impostos, Taxas e Contribuições não apresentou a maior participação, que foi direcionada para Remuneração de Capitais Próprios, outro indicador que se destacou com relação às demais empresas foi Outros, que chegou a alcançar 30% do total. O indicador de Pessoal, assim como a maioria das empresas teve uma participação muito reduzida na distribuição.

4.7 Neoenergia S.A.

A empresa Neoenergia S.A., apresentada na Figura 8, possui uma dos menores índices direcionados à Remuneração de Capitais Próprios, que apresentou uma grande variação, iniciando a série com 6,8% em 2009 passando para 27,2% em 2010 e 23,4% em 2011, porém esses valores voltaram a cair a partir de 2012, reduzindo gradativamente durante os anos seguintes, chegando à reduzida participação de um ponto percentual nos anos de 2016 e 2017.

Em contrapartida, a parcela direcionada para Impostos, Taxas e Contribuições se manteve consideravelmente alta no decorrer dos anos, tendo seu valor mínimo apresentado no ano de 2015 quando contabilizava 49,8% dos recursos distribuídos, tendo seu auge de participação em 2012 com 63,2% do total. A Remuneração de Capitais de Terceiros também passou por variações, com valores entre 10% e 18,3% entre os anos de 2009 e 2013, iniciando sua ascensão em 2014 com 27% dos valores, atingindo 42,6% em 2015, quando começou a declinar voltando aos 27,5% em 2017.

A parcela direcionada à Pessoal, seguindo o padrão observado nas demais organizações, foi a que apresentou o menor percentual, e se manteve entre 4,8% e 8,4%, não atingindo maior participação na DVA da organização estudada. A conta Outros, que inclui neste caso os dividendos e Reserva legal, por exemplo, iniciou a série com um percentual de 22,5% no ano de 2009, esteve zerada nos anos seguintes, voltando a apresentar participação a partir de 2012 com valores que variaram entre 1,5% e 10,7%.

Com relação à distribuição observada na empresa Neoenergia S.A., conforme se repetiu ao longo da análise, Impostos, Taxas e Contribuições absorveu a maior parcela da distribuição, e apresentou uma alta participação de capitais de terceiros com relação à de Capitais próprios. Assim como nas outras empresas também o indicador de pessoal tem a menor participação.

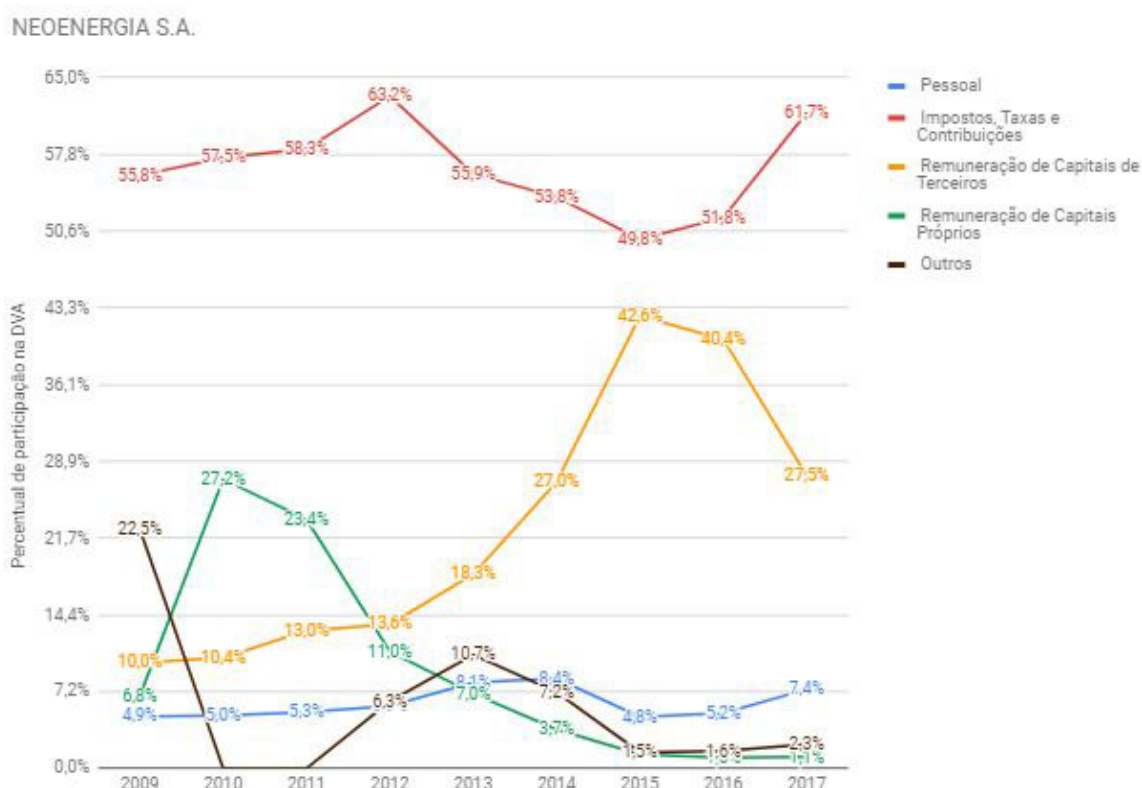


Figura 8. Distribuição do Valor Adicionado da empresa Neoenergia S.A.

Então, conforme os resultados apresentados percebe-se, em geral, quase todas as empresas analisadas apresentaram uma maior participação de Impostos, Taxas e Contribuições em suas distribuições, com exceção da Engie Brasil Energia S.A, que apresentou uma maior participação de Remuneração de Capitais Próprios durante o maior período da distribuição. Já Pessoal foi o indicador que ficou entre as menores participações observadas na distribuição, excetuando-se apenas as empresas Energisa S.A. e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, onde esse indicador ultrapassou a Remuneração de Capitais Próprios durante alguns anos do período analisado.

Por meio da análise realizada, foram constatados alguns padrões nas distribuições no que se refere à pequena participação do indicador Pessoal nas empresas, que obteve uma pequena participação na maior parte das empresas analisadas, e a grande parcela da distribuição que foi absorvida por Impostos, Taxas e Contribuições, também presente na maioria dos dados da amostra.

Também foi possível observar por meio da comparação entre os resultados apresentados pelas empresas, a existência de importantes diferenças na forma como a riqueza produzida por estas organizações vem sendo distribuída ao longo dos últimos anos,

demonstrando que, apesar de estarem inseridas em um mercado que impõe as mesmas regras e que as empresas lidam com diversas variáveis semelhantes, estas se comportam de formas diferentes no que se refere à forma com que a riqueza produzida pela empresa é agregada à sociedade.

Tais desvios são destacados pela singularidade observada do indicador de Remuneração de Capitais Próprios da empresa Engie Brasil Energia S.A com relação às demais demonstrações analisadas, por uma maior representatividade do indicador de Pessoal na Companhia Paranaense de Energia - COPEL e na empresa Energisa S.A. e pela reduzida participação da Remuneração de Capitais de Terceiros na distribuição da empresa AES Tietê Energia S.A., que poderá vir a servir de alicerce para que sejam produzidos estudos mais aprofundados para compreensão das causas que podem gerar tal discrepância entre as DVAs de empresas que atuam no mesmo ramo e possuem finalidades análogas.

5 Considerações Finais

Conforme elucidado ao longo deste trabalho, o balanço social veio suprir uma lacuna de informações para a gestão moderna que passou a se voltar para uma visão global do desempenho, considerando que as empresas, detentoras dos recursos e de um grande controle no poder econômico, e pelo acesso que possuem as ferramentas de mensuração e de controle das variáveis sociais, devem assumir um papel de protagonismo no exercício de suas atividades de forma mais consciente e equilibrada.

Portanto, conclui-se que, o trabalho tornou possível a utilização da compilação dos dados estudados como meio de simplificação, para melhoria da visualização do comportamento da distribuição das empresas desse setor, tornando possível comparar e destacar as principais semelhanças e diferenças entre elas. Além disso, compreende-se que DVA representa um meio válido para mensurar informações acerca da empresa trabalhando com dados completos, que não dependem do Balanço Social, pois abrange indicadores conclusivos e agrega a função de evidenciar os beneficiários da riqueza gerada em detrimento do lucro, fornecendo assim informações acessíveis aos mais diversos grupos interessados nos dados da organização, sejam eles acionistas, governo, empregados, sindicatos, fornecedores, clientes, concorrentes, etc.

Ressalta-se que o resultado da pesquisa não está respaldado por técnicas estatísticas e

não pode ser estendido ao universo das empresas sem antes passar por adaptações e comparações com outros estudos que abordem novas técnicas de amostragem ou submetam-se a um diferente foco de análise. Ainda, destaca-se o estudo como suporte teórico para novas pesquisas, sugerindo-se a formulação de investigações mais profundas acerca das causas que levam a formação das incongruências observadas nas distribuições.

Referências Bibliográficas

- Ashley, P. A. *et al.* (2005). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. (2nd ed., pp. 6, 56) São Paulo: Saraiva.
- Assaf Neto (2010). *Finanças corporativas e valor*. (5th ed., pp. 132-167). São Paulo: Atlas.
- Azevedo, O. R. (2009). *DFC e DVA: Demonstração dos fluxos de caixa e do Valor Adicionado (destinado às sociedades)*. (2nd ed., pp. 7-8, 132-134) São Paulo: IOB.
- Borinelli, M. L., & Pimentel, R. C. (2010). *Curso de contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais*. (p. 285) São Paulo: Atlas.
- Comitê De Pronunciamentos Contábeis [CPC] (2008). *Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado*. Brasília, DF, 30 out 2008b. Recuperado em 02 outubro, 2018, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf.
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. [ELETROBRÁS] (2009). *Relatório de sustentabilidade do sistema eletrobras*. Recuperado em 06 outubro, 2018 de http://www.eletrobras.com.br/elb/services/eletrobras/common/relatorios/sustentabilidade_2009/pdf/RS2009-As_empresas_eletrobras.pdf.
- Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (2001). *Energia elétrica no Brasil: breve histórico 1880-2001*. Rio de Janeiro: ISBN85.
- Empresa de Pesquisa Energética [EPE] (2017). *Balanço Energético Nacional 2017: ano base 2016*. Rio de Janeiro. Recuperado em 14 outubro, 2018, de <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Balanco-Energetico-Nacional-2017>
- GIL, A. C. (2012). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6th ed. 5th reimpr., pp. 51, 153-154) São Paulo: Atlas.
- Itaipu Binacional (2017). *Itaipu fecha ano batendo recorde em dezembro e tem produção histórica de 103,09 milhões de MWh*. Recuperado em 18 novembro, 2018 de <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-fecha-ano-batendo-recorde-em-dezembro-e-tem-producao-historica-de-10>
- Iudícibus, S.de (2009). *Teoria da contabilidade*. (9th ed., p. 29) São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2006). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. (6th ed., pp. 62-71). São Paulo: Atlas.
- Martins, E., Miranda, G. J., & Diniz, J.A. (2014) *Análise didática das demonstrações contábeis*. (pp. 02, 66) São Paulo: Atlas.
- Matarazzo, D.C. (2008). *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. (6th ed. 8th reimpr., p. 28) São Paulo: Atlas.
- Pinto, H. Q., Jr. *et al.* (2007). *Economia da energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial*. (pp. 5-6) Rio de Janeiro: Elsevier.

- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2008). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In. I.M. Beuren, . (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (3rd ed. 2nd reimpr., pp. 92). São Paulo: Atlas
- Santos, A. dos (2018). *Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. (2nd ed. 6th reimpr., pp. 12-17,38-43) São Paulo: Atlas.
- Santos, A. dos, Freire, F.S., & Malo, F.B. (1998). *O balanço social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis*. Anais do Encontro da ANPAD, (pp. 02-03) Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 22. Recuperado em 29 setembro, 2018 de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-ccg-09.pdf>
- Tinoco, J. E. P. (2006). *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. (1st ed., 3rd reimpr., p. 43) São Paulo: Atlas.
- Tinoco, J. E. P. (2010). *Balanço social e o relatório da sustentabilidade*. (p. 88)São Paulo: Atlas.
- Tolmasquim, M. T. (2004). *Alternativas energéticas sustentáveis no Brasil*. (pp. 270-284) Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Tolmasquim, M. T. (2011). *Novo modelo do setor elétrico brasileiro*. (pp. 3-22) Rio de Janeiro: Synergia; EPE: Brasília.